

SE SPRA

Dossiê da

na EBC

Introdução

- Desde o primeiro dia de mandato de Jair Bolsonaro, os
- veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) já davam
- conta de que o mandatário cumpriria suas promessas de campanha, o que significa que, no mínimo, por quatro anos, não haveria nada de alvissareiro à vista para a consolidação da comunicação pública no Brasil ou a proteção aos direitos humanos. E, sem dúvidas, não teríamos como comemorar sequer uma possível diminuição do problema quando a gestão terminasse, já que **são nefastos os desdobramentos dos atos do governo Bolsonaro**, imensamente assoladores para a experiência democrática brasileira.
- Que a belicosidade de Bolsonaro se alastrou pela EBC, é
- irrefutável. O **autoritarismo** característico do chefe do Poder
- Executivo acabou manifestando-se também nas relações entre funcionários e chefias, no âmbito da área fim da empresa.
- Diversas equipes, de diferentes veículos da casa, relataram ao
- coletivo autor deste dossiê que suas respectivas chefias se
- mantiveram ferrenhas na missão de **desmanchar qualquer articulação que permitisse a análise crítica** sobre os conteúdos produzidos. Na Agência Brasil, por exemplo,

mesmo um espaço simples, de WhatsApp, em que os repórteres, coordenadores e gerentes pudessem debater pautas, foi negado. Ademais, **reuniões de pauta deixaram de existir**, o que vai de encontro à noção da redação como um espaço em que a pluralidade de ideias deve ser assegurada.

- Ao longo do ano de 2021, o que nosso coletivo observou foi
- uma **horrenda e feroz perseguição a colegas** que,
- inconformados com os rumos do jornalismo exercido na empresa, não se emudeceram como queriam as chefias e a direção da empresa. Como afirmou Lilia Schwarcz, “dizem que perguntar é uma forma de resistir” e seguiram indagando e contestando ordens inadmissíveis.
- Pela terceira vez, sistematizamos este relatório, com o fito de
- demonstrar como **a linha editorial tem proporcionado ao governo infundáveis momentos de autoelogio**. Afirmamos aqui que não há mais nenhuma ameaça virtual, ainda em estado latente. Tudo é bastante concreto e tangível, o que se verifica no aumento significativo de denúncias registradas, na comparação com os dois levantamentos feitos anteriormente. Enquanto a segunda edição partiu de 138 casos de censura,

esta foi feita com base em 161, além de 89 casos de

governismo, isto é, de materiais feitos com o propósito de se refletir exclusivamente os pontos de vista do governo federal. O período contemplado por esta edição do dossiê foi de agosto de 2020 a julho de 2021.

- Há, para nós, preocupações de diversas naturezas, oriundas do atual quadro enfrentado. **A perda de credibilidade da EBC**
- diante de instituições importantes, nacionais e internacionais, é uma delas.
- Não há nada de paradoxal ou mal-entendido, como nos
- querem fazer acreditar. O que testemunhamos é um **cala-**
- **boca generalizado na EBC**. Ou melhor, tentativas de fazer com que isso se torne um ciclo irrefreável. É por isso que apresentamos a presente edição do dossiê, em posição inabalável **contra os laivos do fascismo**.

Comissão de Empregados da EBC
Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)

Ouvidoria Cidadã da EBC
Sindicatos dos Jornalistas do DF, SP e RJ
Sindicatos dos Radialistas do DF, SP e RJ

Outubro de 2021

Censura

- O veículo cuja equipe sofreu **mais censuras foi a TV Brasil**, com 89 casos (53,3%). Em seguida, vêm a Agência Brasil, com 43 (25,7%), e rádios, com 33 (19,8%). Os profissionais que sobem conteúdo para as mídias sociais dos veículos também foram submetidos a pelo menos dois cerceamentos (1,2%).
- As editorias mais afetadas foram a de **direitos humanos**, **saúde** -, como se esperava, em virtude da pandemia -, a geral e a de política. Respectivamente, somaram 41 (25%), 35 (21,3%), 30 (18,3%) e 20 (12,2%) casos.
- Observa-se, pelos dados coletados, que **as censuras foram progressivamente se multiplicando**, ao longo do período analisado. O balanço iniciou-se em agosto de 2020 com um total de três casos de censura. Em julho de 2021, mês em que se encerra a coleta de dados, a soma era de 19. Em junho deste ano, foram registrados 45.
- Entre as denúncias enviadas, sobressaem-se as de matérias, fotografias, artes, postagens, programas ou materiais que **não foram veiculados/publicados, que foram 124 (76%)**. O restante foi veiculado com cortes, mesmo quando houve

protestos dos profissionais. **Em nenhum dos casos encaminhados, a censura pôde ser revertida.**

- Os números deixam claro, portanto, que **os vetos da Diretoria de Jornalismo (Dijor), das gerências executivas, gerências e chefias de edição, reportagem e pauta têm tido enorme peso.** Por outro lado, muitas vezes, quando repórteres conseguem autorização para produzir matérias, trechos são suprimidos, por um critério da chefia, o que faz com que a censura resulte de uma decisão desta, inclusive por uma **autocensura** que é repassada para frente, aplicada ao repórter.
- Em alguns momentos, **repórteres questionaram o porquê dos cortes** e tiveram como resposta "foi orientação [de superiores]". Em outras ocasiões, lidaram com **evasivas** como "é uma pauta muito local"; "a matéria está desequilibrada", mesmo em casos nos quais o repórter solicitou posicionamento do governo federal, não teve resposta e indicou isso ao final da matéria ou até quando havia posição; "não há tempo no jornal", "a matéria está longa demais", "a informação será dada em outra oportunidade".

- As censuras na EBC comprometeram deveras o bom
- jornalismo. Durante o período examinado, garantiram que **115**
- **pautas nem sequer pudessem ser levadas adiante e ser produzidas** pelos repórteres. Isso equivale a 70,1% das censuras, quando a questão aborda o que foi desaprovado pelas chefias.

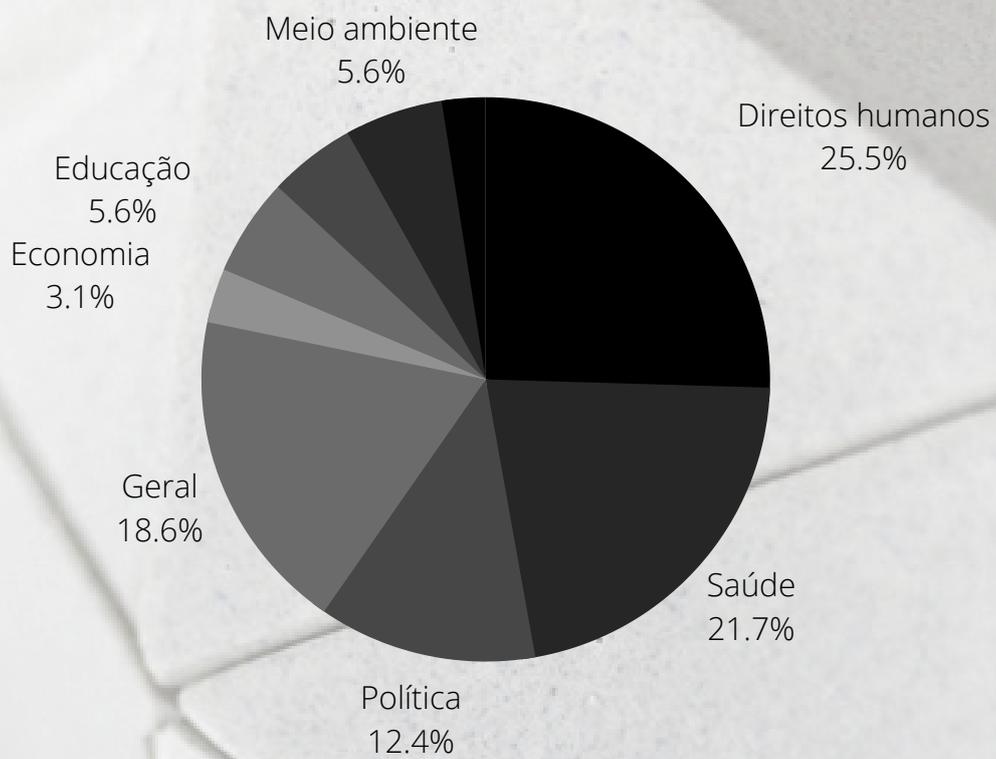
- Em **24 ocasiões (14,6%), as censuras foram aplicadas sobre**
- **a contextualização** que os repórteres fizeram sobre o fato noticiado. Além disso, os censores retiraram das matérias **aspas/sonoras de entrevistados 19 vezes (11,6%)**.

- Ainda de acordo com as denúncias apresentadas, **sete**
- **matérias (4,3%) foram derrubadas** por editores ou chefias, após estarem prontas, por terem desagradado, destoado da linha editorial que vem sendo assumida. Outras **sete tiveram seus leads alterados (4,3%)**, também pelo fato de os repórteres não terem aderido ao tom esperado.

- O levantamento revela ainda que um repórter foi proibido de
- entrevistar certa fonte (0,6%) e duas fotos (1,2%), duas
- postagens em redes sociais (1,2%) e um gráfico (0,6%) foram

reprovados.

- Com o país e o mundo em convulsão, **o foco deveria ser privilegiar matérias que ajudariam a contextualizar a pandemia**, como a que trataria de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que revelou que 65,6% dos trabalhadores que foram autorizados a manter atividade em home office eram brancos e 74,6% tinham diploma universitário. São notícias como essas que dão base para se entender a conjuntura nacional.
- Em um ano em que os maiores veículos de comunicação do país formaram **consórcios para combater a desinformação, a EBC seguiu por uma via inversa**. O apoio irrestrito e acrítico ao presidente Jair Bolsonaro e a consequente deformação dos veículos da empresa ficaram evidentes tanto internamente, para o quadro de funcionários, como externamente, publicamente. Situações como a entrevista da médica oncologista e imunologista Nise Yamaguchi, concedida ao programa Impressões, apresentado pela jornalista Kátiuscia Neri foram citadas até mesmo na CPI da Pandemia, no Senado Federal.



- Diferentemente do que ocorreu na segunda edição do dossiê, agora a TV Brasil liderou a lista de censuras, conforme destacamos acima. Vale ressaltar também sofreu algumas mudanças na grade. Em 5 de abril de 2021, a EBC decidiu, mesmo com equipes extremamente reduzidas, **estrear três jornais locais**, o Repórter DF, o Repórter São Paulo e o Repórter Rio, que não se traduziram em maior qualidade do conteúdo transmitido.
- Durante o segundo ano da pandemia de covid-19, quando se poderia optar por aprofundar análises sobre aspectos econômicos e sociais, em virtude do aumento da vulnerabilidade da população brasileira, a TV Brasil foi em sentido oposto a isso. **A maioria dos vetos das chefias do veículo foi em relação a sugestões de pauta**. E, ao mesmo tempo que afastavam propostas que poderiam evidenciar o descaso do governo federal com os brasileiros, em diferentes âmbitos, demandaram pautas como "Carro do ovo como alternativa de renda", como se o trabalho informal pudesse, sem nenhuma crítica, ser considerado uma forma verdadeira de microempreendedorismo, e não uma solução para uma parcela desesperada por garantir seu sustento.

- Profissionais tentaram, sem sucesso, abordar a forma como se deu o consumo de atividades culturais no ambiente online durante a pandemia; a maior procura, por parte de pessoas com deficiência, por cultura digital na pandemia;
- A **guerra declarada do presidente Jair Bolsonaro e seu eleitorado contra a ciência também reverberou**, no caso da TV Brasil. Uma das pautas engavetadas foi a contribuição das universidades federais durante a crise sanitária, com o atendimento em leitos, projetos de pesquisa, produção de insumos e equipamentos de proteção individual (EPIs) e realização de testes de covid-19.
- Questões de extrema importância também saíram do campo da reportagem. Exemplos disso foram o Acampamento Terra Livre, a **maior mobilização indígena** do ano; um ato contra a **tese do marco temporal e o Projeto de Lei 490 (PL 490)**; os ataques a uma comunidade indígena de Palimiú, iniciados em 10 de maio, na Terra Yanomami, em Roraima; o volume de filmes que poderiam ter sido perdidos no incêndio da **Cinemateca Brasileira**; a crise envolvendo **refugiados** do Acre, que tentavam cruzar a fronteira, indo para o Peru ou o Equador,

por serem negligenciados pelo governo brasileiro; a **insegurança alimentar grave**, exacerbada no país, com a pandemia e denunciada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); **conflitos socioambientais** que ameaçam as comunidades pesqueiras; a quantidade de **despejos** feitos durante a crise sanitária; **violência no campo; violência contra mulheres e desigualdade de gênero na pandemia; invasão e desmatamento na Amazônia; e incêndios no Pantanal**. O fato de apenas 39% dos idosos terem completado o esquema vacinal contra covid-19 após quatro meses de vacinação também não foi noticiado, por ordem das chefias.

- Além dos indígenas e das mulheres, outras minorias sociais
- perderam espaço na emissora. Não se pôde produzir matérias
- sobre uma pesquisa acerca dos **direitos LGBTQIA+** em São Paulo; a parada LGBTI+ - pauta oferecida duas vezes -; nem sobre uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinava que o governo federal teria 30 dias para apresentar um Plano Nacional de Enfrentamento da pandemia de Covid-19 voltado para comunidades **quilombolas**. Dificuldades enfrentadas pela **população carcerária** foram também consideradas pautas igualmente desimportantes.

- Outro aspecto ocultado foi a maneira como a exclusão digital afetou o acesso de parte dos brasileiros ao **auxílio**
- **emergencial** das classes D e E na pandemia. No total, cerca de 20% não conseguiu ter o benefício por causa disso.

- Também deixaram de passar pela peneira das chefias assuntos como a determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de se restabelecer as condenações dos policiais responsáveis pelo **massacre do Carandiru**, em 1992; o lançamento de campanha do Ministério Público do Trabalho (MPT), de **combate ao trabalho infantil**; projetos que visam preservar o **direito à memória e à verdade** de acontecimentos ocorridos na época da ditadura civil-militar brasileira, e o aniversário de 15 anos dos **crimes de maio**.

Interrupções na grade da TV Brasil

- Um número que não entrou no cômputo geral deste dossiê, mas que é muito relevante do ponto de vista do uso político que está sendo feito da EBC é o que contabiliza as interrupções da grade de programação da TV Brasil para a entrada ao vivo de eventos com a participação do presidente Jair Bolsonaro. O levantamento completo, feito pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, com base nos arquivos "Agenda do Presidente" do canal da TV BrasilGov no YouTube desde 2019, foi publicado no site da Ouvidoria Cidadã da EBC (<https://ouvidoriacidadaebc.org/interruptoes-da-grade-da-tv-brasil-para-eventos-com-bolsonaro-somaram-78h37-este-ano/>).
- Somente no período compreendido por este dossiê, foram mapeados, ao todo, **208 eventos, que ocuparam ilegalmente a grade da TV pública por 157h42min29s**. É mais do que um evento a cada dois dias, sendo que há dias em que ocorreram mais de uma transmissão ao vivo.

- Um exemplo foi o dia 18 de junho, quando a TV Brasil colocou no ar três eventos com a participação do presidente em Belém, num total de 2h21min06s: comemoração dos 110 anos da Assembleia de Deus no Brasil; inauguração da pavimentação da BR-230/PA e assinatura da OS para Ponte do Xingu; e cerimônia de entrega de Títulos de Propriedades Rurais.
- Apenas de janeiro a julho de 2021 foram 78h37min04s, com um total de 97 eventos transmitidos. Desses, 14 foram **cerimônias militares**, como declaração dos novos Aspirantes da Aeronáutica, conclusão do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do RJ e entrega da boina aos novos alunos do Colégio Militar, com um total de 12h41min49s. Os **eventos religiosos** no período foram três, somando um total de 2h52min21s de transmissão.



#AoVivo: Jogo beneficente Natal Sem Fome

31.256 visualizações



GOSTEI



NÃO
GOSTEI



COMPARTILHAR



SALVAR



- Algumas dessas interrupções na grade da TV Brasil já entraram
- para a história do mau uso dos veículos públicos
- (<https://ouvidoriacidadaeabc.org/governo-agora-ou-bajulacao-presidencial/>) e ganharam repercussão na mídia comercial. Uma delas foi a transmissão do **jogo beneficente Natal Sem Fome**, no dia 28 de dezembro de 2020, quando ambos os times se esforçaram para o presidente fazer um gol e ele caiu de cara na grama após marcar; é a **liberação de 27 quilômetros de um trecho duplicado da BR-116** no Rio Grande do Sul, em 10 de dezembro, quando Bolsonaro ficou mais de 10

minutos acenando para os motoristas que passavam no trecho liberado.

- Vale destacar também a **"live da fraude eleitoral"**, ao apagar
- do prazo deste dossiê, no dia 29 de julho. Bolsonaro convocou
- a imprensa para acompanhar a transmissão ao vivo que faz todas as quintas-feiras, pelas redes sociais, informando que faria "apresentação aos veículos de imprensa", mas sem direito a perguntas. A TV Brasil colocou o presidente no ar por 2h07min50s, com ele elencando os maiores absurdos em relação ao sistema eleitoral brasileiro. O **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** passou o tempo da *live* desmentindo o presidente e, novamente, muitos veículos da mídia noticiaram o uso indevido da TV pública (<https://ouvidoriacidadaeabc.org/todo-mundo-viu-o-uso-indevido-da-tv-brasil/>).



A Voz na Agência e na TV Brasil

- O programa de rádio A Voz do Brasil foi criado em 1935, pelo
- presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de divulgar as ações
- do governo e falar diretamente ao povo. Durante os primeiros anos, tinha o nome de Programa Nacional e a transmissão passou a ser obrigatória pelas emissoras de rádio em 1938, quando teve o nome alterado para A Hora do Brasil. O nome atual foi dado em 1962, mas o foco permanece o mesmo.

Programa de rádio mais antigo do Brasil ainda no ar, a Voz é,

portanto, um programa da comunicação governamental, atualmente produzido pela EBC como uma prestação de serviço ao governo federal. Não deveria ser confundido e muito menos utilizado como comunicação pública, nos veículos públicos.

- Porém, **se tornou hábito na EBC fazer a transmissão ao vivo da Voz do Brasil** nas redes sociais dos veículos públicos e,
- também, de parte do programa governamental pelo portal da Agência Brasil e no início do telejornal Repórter Brasil Noite, que começa em Brasília, 19 horas.
- Por isso, decidimos focar boa parte dos casos de governismo relatados neste dossiê nessas transmissões que consideramos ilegais por utilizar veículos públicos para comunicação governamental. A moda começou no dia 22 de julho do ano passado, quando o programa completou 85 anos, com entrevista ao vivo do ministro das Comunicações, Fábio Faria, ao lado do então presidente da EBC, general Eduardo Pereira Gomes.

No período abrangido por este levantamento, de agosto de

2020 a julho de 2021, foram **33 entrevistas de ministros**, secretários de governo ou do vice-presidente nos estúdios do radiofônico governamental que renderam 34 matérias para a Agência Brasil. Dessas entrevistas, 26 entraram com transmissão ao vivo da Voz do Brasil pelo site da Agência Brasil, na lista de últimas notícias.

- Diversas vezes, a entrevista não tinha nenhum tema de
- interesse público destacado, mas, mesmo assim, foi parar na
- manchete do portal de notícias, com títulos como “Ministra Tereza Cristina participa de A Voz do Brasil” (14/08/2021). Pelo horário de publicação, é possível notar que apenas sete dessas entrevistas não entraram ao vivo no portal, sendo publicada posteriormente matéria com base na entrevista concedida.



- Outro fato no mínimo curioso é que as matérias, na maioria das vezes, são atualizadas entre uma e duas horas depois de serem publicadas, quando ganham título com cara de jornalismo, como “Agronegócio ajudou a segurar PIB durante a pandemia, diz ministra”, no caso de Tereza Cristina. Ou seja, elas são publicadas às 19h com a chamada apenas para a entrevista do ministro à Voz e depois o texto com algum destaque do que foi falado na entrevista é acrescentado.
- Na TV Brasil, foi levantado que 32 das 33 entrevistas que saíram na Agência Brasil também foram utilizadas para abrir o telejornal da Repórter Brasil Noite, ao vivo, dos estúdios da Voz do Brasil. Os tempos de transmissão no jornal da TV pública

variaram de 2min21s (Tereza Cristina no dia 14/08/20) a 16min18s (Marcelo Queiroga no dia 21/06/21), com média de 8min46s. Isso representa 21,8% do tempo do jornal, que tem 40 minutos de duração.



- **Novo Sem Censura**

-
- O tradicional programa de entrevistas de variedades da TV Brasil Sem Censura, uma das produções herdadas da TVE do Rio de Janeiro, foi retirado do ar em novembro de 2020. Ele voltou no dia 5 de abril, totalmente "repaginado", agora com

uma hora de duração, apenas uma vez por semana e com participação de dois jornalistas convidados, além da apresentadora.

- O que se viu até aqui foi um **desfile de ministros e secretários respondendo perguntas sem relevância**, promovendo o
- governo federal e defendendo as declarações do presidente Bolsonaro. De 17 programas desde a reestreia até o fim de julho, 13 foram com ministros ou outros membros do governo.
- Os entrevistados governistas no período abrangido por este
- dossiê foram: o ministro das Comunicações, Fábio Faria, no
- programa de estreia; o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga; o
- ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno; o ministro da Ciência, Tecnologia e
- Inovações, Marcos Pontes; o presidente da Câmara dos
- Deputados, Arthur Lira; o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque; a ministra-chefe da Secretaria de Governo da
- Presidência da República, Flávia Arruda; a presidente da
- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos
- Deputados, Bia Kicis; o secretário de Cultura, Mário Frias; o
- ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário; o



senador cearense Eduardo Girão, integrante da CPI da Pandemia; o presidente do BNDES, Gustavo Montezano; e o ministro do Turismo Gilson Machado.

- Fora do governo, apenas convidados dos esportes: o ex-goleiro Paulo Victor, o vice-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro e ex-jogador da Seleção Brasileira Marco Antonio La Porta, o ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet e a montanhista Aretha Duarte. Ou seja, praticamente um novo Fala Ministro.

Agência Brasil

- Como já era de se esperar, o **obscurantismo** alimentado pelo governo federal e constatado em outros veículos também rondou a Agência Brasil. Isso apesar de as gerentes afirmarem que "nenhum assunto é proibido", após os repórteres dizerem que é muita coincidência que os trechos cortados e as pautas recusadas sejam sempre relacionadas a alguma avaliação desfavorável ao governo federal.
- Foram muitos os dias em que se abre a lista de últimas notícias da editoria de política e todas são referentes a atividades do presidente Jair Bolsonaro, sem nem um único texto rebatendo suas declarações, frequentemente absurdas e infundadas. Há, ainda, note-se, **diversas matérias sem a assinatura do repórter**, sinalizando que muitos colegas têm se negado a ter seus nomes atrelados a textos que acabam tendo má qualidade, sob o ponto de vista de informação, em decorrência da mão dos censores.
- Importante sublinhar que, no caso da Agência Brasil e das rádios, a censura e o governismo tomam proporções ainda maiores. Isso se explica porque têm seus conteúdos replicados Brasil afora, inclusive em locais considerados

desertos de notícias.

- Na Agência Brasil, as censuras impediram que assuntos como
- o **desmatamento da Mata Atlântica**, os impactos das
- queimadas associadas ao **desmatamento da Amazônia** brasileira na saúde e o lançamento da plataforma MapBiomas Fogo, que detecta **queimadas** por todo o país, chegassem aos leitores. Com isso, percebe-se que os enfoques ambientais continuam sendo um estorvo para as chefias da EBC.

- Entre os casos denunciados pelos colegas, via formulário
- anônimo, estão, ainda, as seguintes pautas derrubadas: o
- relatório anual da **Human Rights Watch**, que continha inúmeras colocações negativas sobre o presidente Jair Bolsonaro e ministros por ele nomeados, e a ameaça de a plataforma Brasil.IO, que tabulava diariamente os registros de covid-19 nos municípios brasileiros e passou a ser aproveitada pela Fiocruz e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ser descontinuada, logo em um momento em que o governo se omitia, ao deixar de produzir tais dados. Em dezembro de 2020, uma repórter não conseguiu emplacar um estudo da ChildFund Brasil, PUC Minas e do Núcleo de

Inteligência Social, relativo aos **impactos da pobreza na infância**.

- Outra colega relatou ter se esforçado para escrever uma matéria sobre **desemprego, que subiu para o maior patamar registrado desde 2012**. A edição mexeu no título, ocultando o fato de ter sido uma taxa recorde.
- A corrida pela vacina contra covid-19 fez com que as chefias canalizassem energia, ainda, para filtrar matérias que pudessem tornar mais visível a **incompetência do governo federal**. Pelo mesmo motivo, a edição censurou falas do contundente Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).
- Um episódio classificado como bastante grave foi o de uma repórter que recebeu orientação para não acionar a assessoria de imprensa de determinado ministério, que reclamou das constantes demandas da repórter. A pasta estava claramente aborrecida com a cobertura, por se tratar de uma causa que o presidente Jair Bolsonaro despreza. Compactuando, a gerência chegou a orientar a colega a não enviar emails.

Rádios

- Uma das principais pautas censuradas pelas chefias das rádios
- foi o atingimento da marca de **400 mil pessoas mortas por**
- **covid-19**. Algo que serviu de manchete para toda a imprensa foi propositalmente ignorado, ainda que os repórteres tenham se mobilizado para defender a produção de matéria.

- As chefias, denunciaram colegas do veículo, buscaram evitar
- falar sobre a **CPI da Pandemia**. Os depoimentos do ministro
- da Saúde, Marcelo Queiroga, e do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antônio Barra Torres, foram omitidos de matéria, e a própria escala da equipe que deveria acompanhar o andamento dos trabalhos da comissão deixou de ser feita, como se fosse algo irrelevante.

- Também chegou ao conhecimento de nosso coletivo um caso
- em que a edição suprimiu o trecho em que a repórter citava a
- **"crise diplomática" entre Brasil e China** como razão para o atraso na remessa do IFA para o Brasil. A decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), de anular as condenações do ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**, não foi abordada, o que prova o receio das chefias em veicular notícias que contrariem o Palácio do Planalto.

Mídias sociais

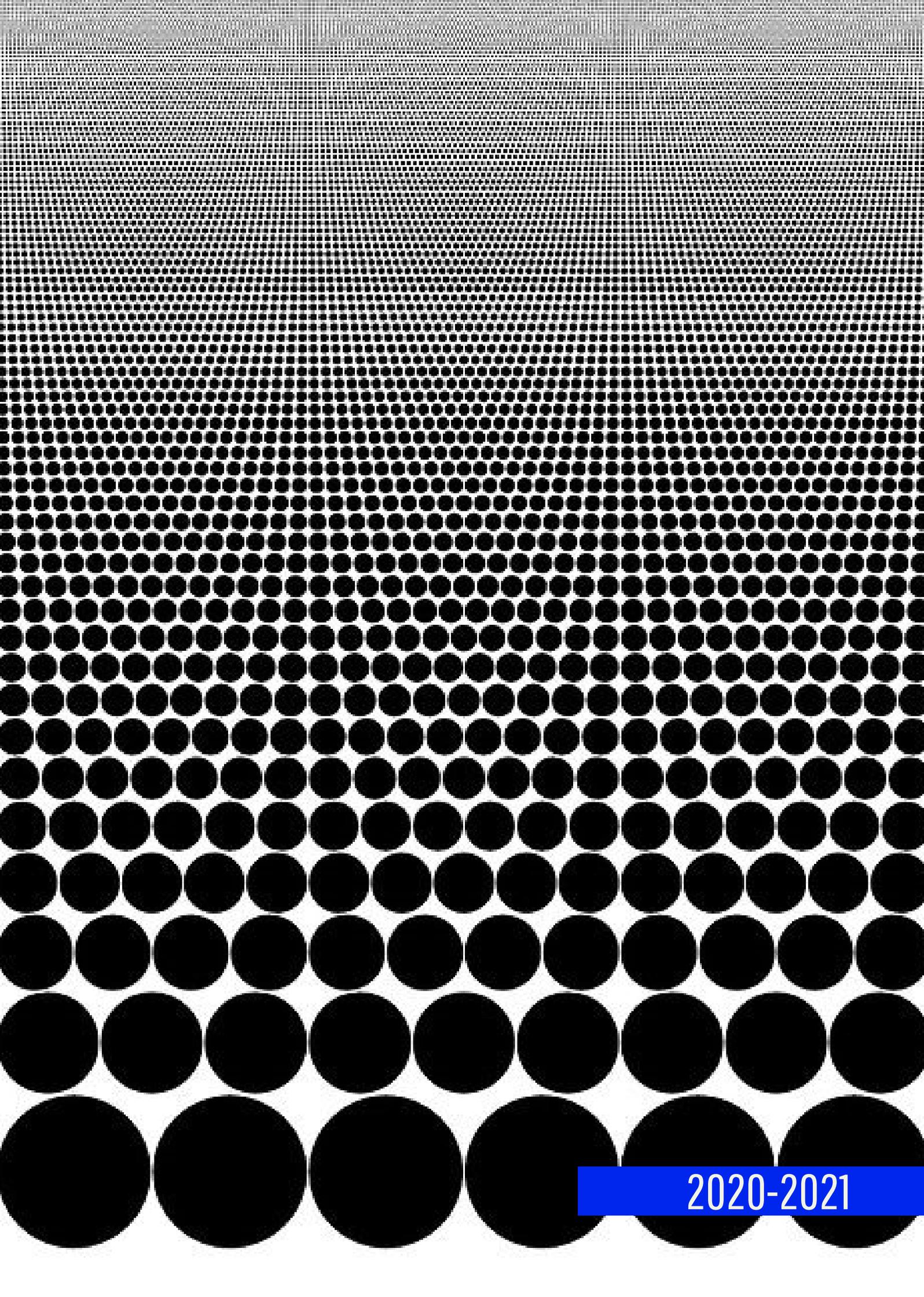
- As redes sociais registraram menor número de censuras enviadas a este dossiê, mas isso não reflete um ambiente livre de censura. As novas chefias de redes mudaram a forma de trabalho de forma que todas as publicações passam por uma censura prévia e textos e fotos devem ser aprovados pela chefia antes de serem veiculados nas redes. Essa nova forma de trabalho da chefia dificulta o registro de censura. Porém, deve-se considerar que todas as publicações de redes são previamente censuradas, contendo palavras e fotos alteradas para agradar ao governo.
- Colegas designados para as equipes que ficam encarregadas de cuidar das mídias sociais dos veículos da EBC denunciaram dois casos de censura. O primeiro deles diz respeito a um post que foi feito e descartado, sobre os **Estados Unidos** terem contabilizado 4 mil mortos por covid-19.
- O segundo é relacionado a uma **foto** que ilustraria postagem sobre a pandemia. É sabido que fotos ajudam a captar a atenção dos leitores para o conteúdo.

Transparência

- Acreditamos ser importante informar em que seção do site da
- EBC está o organograma da empresa. Assim como repórteres
- se identificam em matérias que produzem, é fundamental que se saiba **quem está por trás das decisões editoriais**.

- Para que possa consultar a **lista de chefias**, pode-se consultar
- o link <https://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/quem-e-quem>.
- Deixamos também o endereço de uma página que reúne as **portarias de nomeações para cargos de confiança e cargos comissionados**, tendo em vista que as mudanças acontecem com frequência:
<https://www.ebc.com.br/acessoainformacao/institucional/portarias/>.

- Por este link aqui <https://www.ebc.com.br/acesso-a-informacao>, é possível ter acesso a informações sobre a receita e as despesas da empresa. Por ele, pode-se conferir também demonstrações contábeis, programas e projetos institucionais, entre outros.



2020-2021